



CADERNOS DE DEBATE

n. 1 • Fevereiro de 2014

DEZ QUALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR

JAN DOUWE VAN DER PLOEG

AGRICULTURAS
EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia
Número Extra

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é um projeto editorial da
AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia integrado à AgriCultures Network



Rua das Palmeiras, n.º 90 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Brasil
CEP: 22270-070 • Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br • www.aspta.org.br



Fundação ILEIA (secretariado da AgriCultures Network)
PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10
www.ileia.org

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Produção Executiva – Adriana Galvão Freire

Tradução – Flávia Londres e Paulo Petersen

Copidesque – Rosa L. Peralta

Foto da capa – André Telles

Fotos do texto – André Telles e Xirumba

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação e Design

Impressão: Gol Gráfica

Tiragem: 2.000

Apresentação



século 20, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, assistiu à inauguração do período da *grande aceleração*, uma fase da história ambiental planetária marcada pelo aumento vertiginoso do consumo e da degradação de bens naturais. Por meio desse processo avassalador resultante da disseminação global da civilização industrial e da explosão demográfica, a humanidade converteu-se em uma *força geológica* com capacidade de desequilibrar dinâmicas ecológicas do planeta. Para dar visibilidade a esse *experimento sem controle* desencadeado pela convergência entre a globalização da racionalidade econômica comandada pelo capital e a crescente capacidade tecnológica de transformação do mundo natural, membros da comunidade científica têm defendido a ideia de que adentramos a era geológica do *antropoceno*.

O caráter antropogênico das mudanças climáticas globais é apenas uma das evidências desse fenômeno emergente, cujas consequências sobre a ecossfera e – inevitavelmente – o futuro da humanidade apenas começam a ser perscrutadas. Também são cada vez mais frequentes e incisivos os alertas emitidos por organismos multilaterais e prestigiosas instituições acadêmicas de todo o mundo de que caminharemos celeremente para o colapso da civilização moderna caso não sejam reformulados os fundamentos socioculturais, técnicos e econômicos que regulam o metabolismo socioecológico das atuais sociedades – i.e.: as trocas materiais e energéticas estabelecidas com a natureza para que as sociedades funcionem.

Com o título *Despertar antes que seja tarde*, o mais recente relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) faz um chamamento emergencial à ação. Segundo esse extenso e inquietante documento, a agricultura moderna se posiciona no centro do cenário da crise ecológica mundial, exercendo o duplo papel de algoz e de vítima. Essa bivalência explica-se pelo fato de que as monoculturas industrializadas e os mercados alimentares globalizados figuram como as principais atividades econômicas geradoras da degradação ambiental e das mudanças climáticas ao mesmo tempo em que são as mais vulneráveis aos efeitos desses fenômenos.

Outras dimensões desse intrincado círculo vicioso estabelecido entre a economia e a ecologia dos sistemas agroalimentares são abordadas em outros documentos oficiais que ressaltam o fato de que a acentuação de desigualdades

sociais e de agudas privações humanas, como a fome e a subnutrição, decorrem, em grande medida e contraditoriamente, da disseminação em larga escala do modelo industrial de produção e abastecimento alimentar. Afinal, embora há mais de cinco décadas ele venha sendo anunciado com a promessa de prover prosperidade econômica no mundo rural e assegurar alimentação farta e barata para a crescente população humana, os dados concretos revelam justamente o oposto.

Diante de um contexto mundial em que o número de famintos e subnutridos se iguala ao de pessoas sujeitas à epidemia de sobrepeso e obesidade – muito frequentemente também acompanhada de subnutrição –, a insegurança alimentar e nutricional desponta como o elo mais evidente na articulação entre a crise econômico-social e a crise ecológico-climática. Nesse sentido, a presença da fome em meio à abundância de produção alimentar indica a existência de uma única crise, de caráter sistêmico, complexo e multidimensional, que não encontrará soluções estruturais no mesmo receituário do produtivismo economicista que baliza a elaboração de políticas agrárias e agrícolas nos últimos 50 anos.

O equacionamento das múltiplas dimensões dessa crise sistêmica cobra a implementação de políticas voltadas a transformar radicalmente a estrutura e o funcionamento dos modernos sistemas agroalimentares. Felizmente, as inspirações empíricas para a orientação dessas políticas proliferam em todos os quadrantes, em paralelo e como resposta ao avanço da agricultura industrial comandada pelos mercados globais. Elas resultam de criativas dinâmicas sociais locais que refundamentam a agricultura na natureza e na sociedade do entorno guiadas pelo propósito de aumentar os níveis de renda e as margens de autonomia técnica, econômica e política com relação às corporações do agronegócio.

Há dez anos, a revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* divulga iniciativas dessa natureza sistematizadas no Brasil e no exterior. Apesar da enorme diversidade de situações socioambientais em que são realizadas e do variável grau de amadurecimento das mesmas, o conjunto dos artigos publicados é inequívoco quanto à superioridade técnica, econômica, ambiental e social do paradigma agroecológico quando comparado com o da modernização agrícola. Outro aspecto determinante nas experiências veiculadas na revista vem do fato de que elas estão socialmente enraizadas em ambientes culturais que reproduzem modos de produção e de vida congruentes com os princípios de gestão técnica dos ecossistemas agrícolas postulados pela ciência da Agroecologia. Embora altamente diversificados entre si, gerando assim múltiplas significações identitárias, esses ambientes culturais podem ser genericamente reconhecidos como o *mundo da agricultura familiar*.

O texto de Jan Douwe van der Ploeg que ora apresentamos nos introduz nesse mundo de difícil compreensão para uma sociedade que sucumbiu ao domínio paradigmático das teorias sociológicas, econômicas e agrônômicas da modernização agrícola. Ao apresentar dez qualidades da agricultura familiar, o autor sintetiza o potencial multifuncional que ela pode desenvolver a fim de contribuir

para a superação de significativos dilemas civilizacionais que emergem com a era do antropoceno.

Embora amplamente demonstrado ao redor do planeta, esse potencial vem sendo largamente desperdiçado por políticas estatais desenhadas para favorecer a dinâmica expansiva da agricultura patronal. Diante desse contexto, em que as perspectivas e ideologias ligadas ao industrialismo e às economias de escala imperam, a afirmação das virtuosidades inscritas nas dez qualidades da agricultura familiar apresenta-se como enorme desafio teórico e político. É nesse sentido que devemos louvar a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de declarar 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

No entanto, como o próprio autor alerta, a efetivação das qualidades potenciais da agricultura familiar também tem sido bloqueada por políticas específicas para esse segmento social, sempre que as mesmas são desenhadas com o objetivo de induzir à reconversão técnica e produtiva dos estabelecimentos familiares segundo padrões empresariais de gestão econômica. Ao promoverem esse modelo operacional de desenvolvimento agrícola, os governos acabam por favorecer a subordinação da agricultura familiar à lógica do capital industrial e financeiro, transformando-a em mera fornecedora de mão de obra para o agronegócio.

Como conclusão, o texto deixa claro que as dez qualidades só poderão ser valorizadas e desenvolvidas com a criação de condições objetivas para que a agricultura familiar coloque em prática e aprimore continuamente o modo camponês de produção e de vida inscrito nas memórias bioculturais de suas comunidades. Nesse sentido, surge o conceito de *recampesinização do mundo rural*, que sintetiza a ideia de um projeto estratégico de cunho social, cultural, econômico, ambiental e político que assume uma dimensão quantitativa e outra qualitativa. Do ponto de vista quantitativo, a recampesinização significa a democratização do acesso aos bens naturais, a começar pela terra, para a criação e a multiplicação de novos estabelecimentos familiares. Qualitativamente, significa a reterritorialização da agricultura familiar, ou seja, o desenvolvimento de agroecossistemas essencialmente fundamentados nos fluxos ecológicos e econômicos estabelecidos com a natureza e com a sociedade nos territórios onde a agricultura familiar vive e produz.

Por fim, Ploeg assevera que a agricultura familiar só poderá desenvolver suas qualidades intrínsecas em benefício das sociedades contemporâneas ao se tornar mais camponesa e menos empresarial. Sendo assim, o Ano Internacional da Agricultura Familiar apresenta-se como oportunidade ímpar para a defesa do projeto de recampesinização em suas dimensões quantitativa e qualitativa, que correspondem, respectivamente, a duas bandeiras de luta de movimentos sociais do campo no Brasil: a reforma agrária e a Agroecologia.

Paulo Petersen

Coordenador-Executivo da AS-PTA

Editor da Revista Agriculturas



Dez qualidades da agricultura familiar

Jan Douwe van der Ploeg

7

O que é a agricultura familiar?

A agricultura familiar é um desses fenômenos que as sociedades ocidentais têm cada vez mais dificuldade de compreender. Isso se deve a muitas razões. Entre elas, está o fato de que a agricultura familiar se contrapõe à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que dominam cada vez mais nossas sociedades. Isso faz com que ela seja vista, de um lado, como arcaica e anárquica, mas, por outro lado – e ao mesmo tempo –, emirja como algo atrativo e sedutor.

A agricultura familiar também é difícil de ser compreendida por ser, em essência, um fenômeno complexo e multidimensional. Identifico neste texto dez qualidades da agricultura familiar. Elas nem sempre estão presentes ao mesmo tempo em todas as situações. A questão mais importante a ser assinalada é que a realidade da agricultura familiar é muito mais rica do que os dois aspectos individuais que são mais comumente utilizados para descrevê-la: que a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros.

A agricultura familiar também não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos da agricultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e vivem. É por isso que a agricultura familiar é também considerada uma *forma de vida*.

O equilíbrio entre o estabelecimento e a família

Passemos então a analisar de perto as dez qualidades. Em primeiro lugar, **a agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos (1)**

que utiliza em seu estabelecimento. Isso inclui a terra, mas também os animais, os cultivos, o material genético, a casa, as construções, o maquinário e, em um sentido mais amplo, o conhecimento que especifica como todos esses recursos podem ser utilizados e combinados entre si. A integração ativa na vida comunitária e o acesso aos mercados, bem como a participação em cooperativas, também representam importantes recursos.

Os agricultores familiares não utilizam esses recursos para obter lucros, mas para ganhar a vida, ou seja, para obter níveis de renda que lhes proporcionem uma vida digna e, se possível, permitam que façam investimentos para o contínuo desenvolvimento do estabelecimento.

Além disso, o estabelecimento familiar é onde a família investe **a maior parte de sua força de trabalho (2)**, o que o torna um lugar de autoemprego e de progresso para a família. É por meio da dedicação, da paixão e do trabalho duro da família que o estabelecimento se desenvolve e a qualidade de vida é aprimorada.

O estabelecimento satisfaz múltiplas necessidades da família, enquanto a família administra as potencialidades e as limitações do estabelecimento, além de prover os meios para o seu funcionamento. **Esse nexó entre a família e o estabelecimento (3)** é central nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do próprio estabelecimento. Cada estabelecimento possui seus equilíbrios específicos, por exemplo, entre as bocas que tem que alimentar e as mãos com que conta para realizar o trabalho. Esses equilíbrios unem a família ao estabelecimento e tornam cada estabelecimento familiar uma constelação única.

Unindo passado, presente e futuro

Para compreender a agricultura familiar, devemos considerar também aspectos que envolvem mais do que a propriedade e o trabalho. **Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos (4)**. Cumpre ressaltar que ter o controle sobre a qualidade dos alimentos de produção própria – e estar confiante de que não estão contaminados – é um aspecto cada vez mais importante e valorizado pelos agricultores de todo o mundo. No entanto, **o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção (5)**. É também o lar da família agricultora. É o local a que pertencem as pessoas, além de ser o lugar que lhes proporciona abrigo. Em suma, é o lugar onde a família vive e onde as crianças crescem.

A agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro (6), o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias. Significa também que os pais trabalham para filhos e filhas. Querem dar à geração seguinte um ponto de partida sólido, dentro ou fora

da agricultura. E, por ser o resultado do trabalho e da dedicação dessa geração e das gerações anteriores, o estabelecimento familiar normalmente é fonte de orgulho. Daí porque a raiva pode sobrevir quando outros tentam prejudicar ou mesmo destruir o estabelecimento construído em conjunto, pela família.

O estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas (7), onde o aprendizado tem lugar e onde o conhecimento é transmitido à geração seguinte de maneira sutil, porém determinada. Frequentemente, o estabelecimento familiar configura um elo em redes de relacionamento mais amplas nas quais circulam novas ideias, práticas, sementes, etc.

Conexão com seu entorno

O estabelecimento familiar não é só uma empresa econômica centrada principal ou unicamente na produção de renda, mas sim um lugar onde as conexões com o entorno e a cultura são importantes. A família agricultora é parte de uma comunidade rural mais ampla e, às vezes, integra redes de relacionamento que se estendem para as cidades. Nesse sentido, **o estabelecimento familiar é um**



lugar onde se vivencia e se preserva a cultura (8), podendo assim ser considerado um patrimônio cultural.

A família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural (9): estão vinculados à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem. Dessa forma, as famílias agricultoras contribuem para fortalecer a economia rural local, pois é na comunidade onde compram, gastam e participam de outras atividades econômicas.

De forma equivalente, **o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural (10)**. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de contra ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos (em vez de interrompê-los) e preservar a beleza e a integridade das paisagens. Quando a agricultura familiar trabalha com a natureza, contribui localmente para a conservação da biodiversidade e para a luta contra as mudanças climáticas globais. Seu trabalho implica uma interação contínua e direta com a natureza viva – uma característica altamente valorizada pelos próprios agricultores.

Liberdade e autonomia

O estabelecimento familiar é uma instituição atrativa, já que proporciona uma relativa autonomia à família agricultora, que ali busca alcançar uma **dupla liberdade**: estar **livre de** relações de exploração exercidas por agentes externos e estar **livre para** fazer as coisas à sua maneira.



Em síntese, a agricultura familiar representa a unificação entre o trabalho manual e a atividade mental, entre o trabalho e a vida, bem como entre a produção e o desenvolvimento. É uma instituição que pode seguir produzindo em um ambiente capitalista adverso, da mesma forma que as bactérias anaeróbicas são capazes de sobreviver em um ambiente sem oxigênio (agradeço a Raúl Paz, da Argentina, que cunhou essa bela metáfora).

Por que a agricultura familiar é importante?

A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais. Pode também gerar postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, assim contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas. A agricultura familiar pode ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade.



Ameaças externas

Apesar de todas essas promessas potenciais da agricultura familiar, elas podem ser inviabilizadas, já que, nos dias atuais, as famílias agricultoras vêm sendo pressionadas por todos os lados, ficando cada vez mais empobrecidas.

As dificuldades enfrentadas assumem diferentes formas: quando os preços de venda dos alimentos estão baixos, os custos de produção estão altos; a volatilidade dos mercados agrícolas impede qualquer planejamento em longo prazo; o acesso aos mercados está cada vez mais bloqueado; as políticas agrícolas desconsideram as principais demandas e características dos agricultores familiares; terra e água são massivamente griladas e controladas por grandes grupos do capital.

Enfim, o conjunto dessas circunstâncias torna impossível que a agricultura familiar ofereça contribuições positivas para a sociedade, levando inclusive à dramática situação de hoje encontrarmos muitas terras de agricultores familiares ociosas. No plano macro, talvez o melhor indicador do contexto adverso atual seja o fato de que 70% dos pobres do mundo fazem parte da população rural.

Ameaças internas

Há também ameaças internas. Hoje em dia, está na moda falar da necessidade de fazer com que a agricultura familiar se torne um *negócio*, o que significa orientá-la para a *obtenção de lucros*. Alguns chegam a argumentar que essa seria a única maneira de *manter os jovens na agricultura*. Segundo esse ponto de vista, a agricultura familiar deve ser menos *camponesa* e mais *empresarial*. Para tanto, a agricultura familiar nos países do Sul deve passar por um processo de modernização similar ao que ocorreu nos países do Norte.

De fato, parte da agricultura familiar europeia tornou-se mais empresarial. Entretanto, esse processo fez com que os estabelecimentos familiares tenham se convertido em meros provedores de mão de obra, em detrimento de todas as demais características positivas mencionadas anteriormente. Assim, no plano formal, esses estabelecimentos empresariais permanecem como estabelecimentos familiares, mas substancialmente são muito diferentes.

Uma diferença importante é que os *verdadeiros* estabelecimentos familiares crescem e se desenvolvem por meio da gestão inteligente dos recursos naturais, econômicos e humanos, bem como pelo aprendizado intergeracional. Já os estabelecimentos empresariais crescem principalmente ao assumir o controle de outros estabelecimentos familiares. Essa tendência a ingressar em trajetórias empresariais é uma grande ameaça para a continuidade e a virtuosidade da agricultura familiar, mas lamentavelmente é algo que assistimos em quase todos os lugares.



Recampesinização

No entanto, existem importantes tendências que correm em sentido contrário. Muitos estabelecimentos familiares estão se fortalecendo e incrementando sua renda com o emprego de princípios agroecológicos, com a participação em novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e a prestação de novos serviços que são em geral distribuídos e oferecidos através de novos mercados, socialmente construídos.

Analicamente, essas novas estratégias se definem como formas de *recampesinização*, que buscam restaurar a natureza camponesa da agricultura ao forta-

lecer o estabelecimento familiar. A recampesinização é, portanto, uma forma de defender e fortalecer a agricultura familiar.

O que deve ser feito?

O ambiente político é extremamente importante para o destino da agricultura familiar. Embora ela possa sobreviver em contextos muito adversos, condições favoráveis podem ajudá-la a atingir o seu potencial máximo. Essa é precisamente a razão pela qual são tão importantes as ações de Estado, dos fóruns multilaterais – como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), o *Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola* (Fida) e outras organizações da ONU –, mas também dos partidos políticos, dos movimentos sociais e da sociedade civil em seu conjunto.

As políticas públicas, por sua vez, podem fazer com que sejam garantidos os direitos dos agricultores familiares e que sejam realizados investimentos suficientes em infraestrutura, pesquisa e extensão, educação, abertura de canais de mercado, seguridade social, saúde, entre outras áreas. Isso proporciona aos agricultores familiares a segurança para investir em seus próprios futuros, como recentemente reafirmou o prestigiado *Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional*.

O fortalecimento das organizações e dos movimentos rurais é, igualmente, uma medida de suma importância. Devemos ter em mente que a agricultura familiar, onde quer que se encontre, está tentando descobrir e desenvolver novas respostas para situações difíceis. Portanto, a identificação de iniciativas exitosas, construídas com base em práticas inovadoras, a sua disseminação para outros lugares e outras famílias agricultoras, bem como a sua articulação em processos dinâmicos de transição devem ser temas centrais da nossa agenda. Em suma: há muito a ser feito. A boa notícia é que cada passo nesse sentido, não importa o quão pequeno, será sempre útil.

Jan Douwe van der Ploeg

Professor de Sociologia Rural,
Universidade de Wageningen, Holanda, e
Universidade Agrícola da China
JanDouwe.Vanderploeg@wur.nl

Agriculturas: cadernos para debate

Os textos publicados na coleção *Agriculturas: cadernos para Debate* oferecem análises e pontos de vista críticos sobre as atuais tendências do desenvolvimento rural, situando a agricultura familiar e a agroecologia no contexto das lutas contemporâneas por sustentabilidade ambiental e equidade social.

